

20 JUL 1990

Acaba a centralização cambial de juros devidos a agências oficiais

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo decidiu liberar totalmente do esquema da centralização cambial no Banco Central as operações de pagamentos de juros e amortizações devidos a agências oficiais de financiamento, envolvendo contratos firmados depois de 31 de março de 1983.

O diretor da área internacional do Banco Central, Antonio Claudio Sochaczewski, adiantou ontem a este jornal que aqueles contratos são classificados como "fresh funds" e estão fora dos programas de reescalonamento negociados no âmbito do Clube de Paris. Os contratos somam US\$ 612 milhões e a estimativa é de que este ano os vencimentos das amortizações mais os juros representem algo em torno de US\$ 120 milhões. Deste valor, cerca de US\$ 50 milhões encontram-se em depósito no BC, cuja liberação vai obedecer a um cronograma ainda a ser estabelecido.

"A partir de agora, os contratos de câmbio envolvendo aqueles pagamentos ao exterior ficam com a remessa liberada automaticamente, já que não precisam mais passar pelos computadores do Banco Central", afirmou o diretor. A decisão do Banco Central foi tomada através



Antonio Claudio
Sochaczewski

de comunicado conjunto firmado entre o Departamento de Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiro (Firce) e o Departamento de Câmbio (Decam) do Banco Central.

RELAÇÕES

A medida busca normalizar as relações com os credores que têm assento no conhecido fórum do Clube de Paris e foi tomada justamente no momento em que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, teve seu primeiro encontro oficial com o presidente daquele fórum, Jean Claude Trichet, ocorrido na quarta-feira, na capital francesa.

Sochaczewski notou que, ao tirar fora de seus controles os pagamentos referentes àqueles contratos, o

Banco Central vai evitar que se repita episódio semelhante ao ocorrido recentemente com o Eximbank dos Estados Unidos. Esta agência de crédito oficial, que financia importações e exportações, reclamou do governo brasileiro por não ter efetuado uma remessa de US\$ 57 mil, vencida em fevereiro, referente a um contrato classificado no rol dos "fresh funds" e ao qual o Eximbank tinha emprestado a seu aval. O governo brasileiro não admite, mas sabe-se que o atraso desagradou o Eximbank. E no mês passado, o Banco Central já tinha providenciado o pagamento daquela parcela.

Atrasos de pagamentos envolvendo contratos como aquele estavam sujeitos a reclamações por parte dos governos de países credores, com o risco de criar episódios políticos desnecessários, embora os valores não sejam tão expressivos quanto os pagamentos dos contratos firmados com agências oficiais, antes de 31 de março de 1983. Esses contratos abrangem o grosso do valor de créditos que o Brasil obteve dos governos de países desenvolvidos, cujos pagamentos foram refinanciados nos projetos I, II e III que o País firmou de forma sucessiva em negociação direta com o Clube de Paris. O projeto III, envolvendo o

acordo firmado em agosto de 1988 pelo então ministro Mailson da Nobrega, expirou em 31 de março deste ano e, por isso mesmo, apenas o vencimento da parcela de cerca de US\$ 430 milhões, ocorrida entre janeiro e março, foi reescalonada.

EMPRÉSTIMOS

O restante dos vencimentos deste ano, no valor de cerca de US\$ 730 milhões, está fora do acordo. Também ficaram de fora os projetos de amortizações antigas, refinanciadas em acordos anteriores cujo prazo havia expirado antes do início deste ano.

O Brasil, em amortizações, teria de pagar neste ano aos agentes do Clube de Paris uma soma em torno de US\$ 2,1 bilhões. Em juros, o valor também se aproxima dos US\$ 2 bilhões. Estes montantes devem ser objeto de um futuro projeto de refinanciamento a ser negociado no âmbito do Clube de Paris.

O diretor da área internacional do BC está otimista quanto ao comportamento das agências oficiais de crédito com relação ao Brasil: "Sabemos que existe, em "pipe-line" (em fila, prestes a uma definição final) novos empréstimos, no valor de US\$ 830 milhões, sendo examinados por diversas agências de financiamento de governos credores".